
1 CIENTIFICISMO FALACIOSO DOS MERCADOS: ERUDITISMO ENVIESADO

Tiago Assis Silva

Advogado, Bacharel em Direito, Especialista em Direito do Estado (UFBA), Professor,
Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania (UCSAL).

E-mail: tassissilva@uol.com.br

RESUMO

Cotidianamente, os principais meios de comunicação, ao menos, os meios de massa, noticiam dados econômicos e os justificam sob uma perspectiva teórica nunca esclarecida e jamais debatida. A matéria a ser debatida, portanto, gravita em torno das premissas falsas e contrariadas pelos dados secundários. Afinal, a informação é transmitida como se não houvesse vias alternativas de se tratar a economia, pois o importante é tutelar os interesses dos mercados. Como consequência, as explicações são postas sem questionamento e sem haver a exposição dos pilares teóricos que justificam as afirmações, pois, a forma pela qual as notícias são transmitidas não permite duvidar de que os princípios fundantes possam estar equivocados. O objetivo fundamental, assim, é expor, justamente, a ausência de metodologia científica da economia moderna, sendo imprescindível conhecer a forma pela qual deve se conduzir uma investigação científica e, concomitantemente, desmistificar a perspectiva falsária do senso comum da economia. Para tanto, adota-se uma metodologia histórica, pois a finalidade é compreender e expor as razões históricas, marcadas por uma ideologia, sob a hipótese fundamental de que o neoliberalismo ou, simplesmente, esse cientificismo falacioso da economia moderna nos conduz a conclusões propositalmente equivocadas e a realidades socialmente trágicas, a exemplo da defesa da famigerada reforma trabalhista cujos resultados esperados (geração de emprego e renda) não condizem com os dados secundários apresentados pelo IBGE.

Palavras-chave: Mercado. Vigilância epistemológica. Senso comum. Sociologia espontânea. Sociologia erudita.

ABSTRACT

Daily, the main means of communication, at least the mass media, report economic data and justify them from a theoretical perspective never clarified and ever debated. The matter to be debated, therefore, gravitates around the false assumptions and contradicted by the secondary data. After all, the information is transmitted as if there were no alternative ways of treating the economy, because the important thing is to tutelate the interests of the markets. As a consequence, the explanations are put unquestioned and without the exposition of the theoretical pillars that justify the statements, because the way in which the news is transmitted does not allow to doubt that the founding principles may be Wrong. The fundamental objective, therefore, is to expose, precisely, the lack of scientific methodology of the modern economy, and it is essential to know the way in which a scientific investigation should be conducted and, concomitantly, to demystify the perspective Common sense of the economy. To this end, it adopts a historical methodology, because the purpose is to understand and expose the historical reasons, marked by an ideology, which lead to conclusions deliberately mistaken by the modern economy, such as the defense of the infamous reform Labor whose expected results (generation of employment and income) do not match the secondary data presented by IBGE.

Keywords: Market. Epistemological vigilance. Common sense. Spontaneous sociology. Erudite sociology.

1.1 INTRODUÇÃO

A compreensão da realidade exige do observador uma atitude de honestidade intelectual, isto é, requer que ele venha a se despir de suas prenoções, questionando suas crenças para, colocando as questões em seus termos, encontrar as respostas factíveis para as hipóteses que possa fixar.

Esse processo descrito acima exige que seja esmiuçado e devidamente apreendido para que o investigador científico tenha as condições de construir um objeto com legitimidade. No entanto, terá uma árdua tarefa de pôr em questão as crenças socialmente compartilhadas pelo senso comum.

Este senso comum não deve ser combatido, mas, transformado, pois são pessoas que dão vazão a uma série de prenoções que se legitimam pelas práticas coletivas. Essa realidade objetivada é que deve ser questionada para a abertura de novas possibilidades. Ocorre que, quando não há essa ruptura, pelo contrário, há um aprofundamento com ares de eruditismo, o senso comum passa a encontrar guarida no estelionato científico de quem se presta a esse papel de reprodutor com uma linguagem eloquente, seja por ignorância, seja por má-fé.

Essa realidade é verificada nas práticas da economia dominada pelos mercados, uma entidade quase que fantasmagórica, mas, que se materializa para exercer influência nas decisões políticas e beneficiar uma pequena parte da população em detrimento da imensa maioria. E o faz por meio de práticas e sob um eruditismo que não encontra amparo na realidade e que não subsiste a uma investigação científica.

A matéria a ser debatida, portanto, gravita em torno das premissas falsas e contrariadas pelos dados secundários. Afinal, a informação é transmitida como se não houvesse vias alternativas de se tratar a economia, pois o importante é tutelar os interesses dos mercados. Como consequência, as explicações são postas sem questionamento e sem haver a exposição dos pilares teóricos que justificam as afirmações, pois, a forma pela qual as notícias são transmitidas não permite duvidar de que os princípios fundantes possam estar equivocados.

O objetivo fundamental, assim, é expor, justamente, a ausência de metodologia científica da economia moderna, sendo imprescindível conhecer a forma pela qual deve se conduzir uma investigação científica e, concomitantemente, desmistificar a perspectiva falsária do senso comum da economia.

Eis a razão pela qual, primeiramente, será abordada as razões pelas quais é necessária a compreensão da realidade para além do que é apresentado pelo senso comum ou, de forma acrítica, pelos meios de comunicação. É essa abordagem que permite promover a ruptura com

esse senso comum, criando as condições de se avançar para a realidade. Como consequência desse avanço, atingindo a realidade é que se pode teoriza-la, construindo um objeto científico, de modo que essa perspectiva é detalhada no segundo capítulo.

1.2 CONHECER A REALIDADE E PROVOCAR A RUPTURA COM O SENSO COMUM

O analista social sempre está sujeito à tentação da conclusão fácil ante ao que já está exposto e dito alhures. No entanto, a postura vigilante do profissional das ciências sociais recomenda que este esteja sempre adotando uma postura inquisitorial perante o objeto de análise. Sobre o objeto pesquisado, certamente já existem definições prévias que tentam conduzir a análise do sujeito, obstando os questionamentos acerca da validade da teoria ou das explicações dadas.

Qualquer um pode se sentir encantado a falar sem uma análise profunda, sem questionar o que está posto. De certa forma pode chegar a ser uma impulsão inconsciente diante da formação moral e intelectual do sujeito. Por isso que o analista social, o pesquisador, o cientista deve submeter o objeto que pesquisa a um permanente questionamento, o que se chama de vigilância epistemológica, o que, de fato, “proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular” (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 14).

O positivismo, nesse contexto, se constituiu como uma postura hermética e rapidamente ultrapassada, portanto, falha. Ignora-se, como consequência, as vicissitudes dos diversos casos e da realidade sempre em constante transformação. A vigilância epistemológica condena essa inação e estimula uma prática científica, efetivamente científica, na qual a ciência é sempre algo por se fazer; jamais um conhecimento fechado e inalterado.

A inquietude talvez seja um adjetivo cuja semântica possa bem descrever o que é um cientista e o que ele busca. Parte-se da premissa de que nenhum conhecimento se esgota em si mesmo, estando sempre passível de questionamento para proporcionar um avanço pela cumulação história do saber. É nesse sentido que se extrai “as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro” (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 17).

Pode se dizer que o anticientificismo demanda um comportamento atemporal, apriorístico, trans-histórico, que ignora a historicidade dos fenômenos e, portanto, trata o objeto cognitivo como algo com sentido próprio e imutável. Em outras palavras, “o mesmo é dizer que

seria inútil procurar uma lógica anterior e exterior à história da ciência em vias de se fazer” (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 19).

Esse pensamento se aproxima de uma fé religiosa, inoculando o vírus da paralisia científica, haja vista que fixa seus pilares na imutabilidade do conhecimento, buscando explicar todas as coisas com total perfeição, ainda que em contraste com a realidade. Trata-se do desejo totalizante, da universalização de seus desejos. É sem dúvida alguma uma postura autoritária, pois, tenta se impor, não pela autoridade do discurso, e sim pelo discurso da autoridade.

Eis a razão pela qual se pode diferenciar constatação de construção. Enquanto que a fé religiosa do positivismo prega a constatação dos significados próprios de uma realidade que fala, a construção reflete que os sentidos não são extraídos da realidade como se fosse uma propriedade dela. Pelo contrário, a realidade está diante dos olhos, mas os significados são construídos pela experiência no mundo.

E, a postura científica visa compreender essa experiência anterior teorizada, aprendê-la e descobrir novas possibilidades, seja para retificar, seja para aprimorar. Qualquer que seja a possibilidade, a vigilância epistemológica sempre estará consentida com a perspectiva de mudança da realidade, não pela realidade, mas, pela interpretação que se faz dela a partir de experiências anteriores relatadas, cientificamente, por teorias historicamente constituídas e historicamente cumuladas.

A investigação científica se inicia por um caminho tortuoso. Qualquer que seja o tema escolhido pelo pesquisador, o seu envolvimento inicial é por meio do linguajar oriundo do senso comum do qual todos nós estamos imiscuídos. E a finalidade da pesquisa é justamente se afastar dessas prenoções que obnubilam ou turvam um olhar crítico. Logo, a maneira pela qual há a ruptura para com o senso comum ocorre pela colocação de questões que visam pôr os axiomas em contradição.

Os questionamentos contraditórios às explicações visam descortinar as aparências e ultrapassar a membrana que separa a superfície do que está submerso. O trabalho inicial do sociólogo está em estruturar as perguntas que abordam o que está para além das aparências, mas, que encontra nelas o ponto de partida, haja vista que a finalidade é descortina-las, provar seus equívocos reproduzidos no meio social, ou, confirmando suas exatidões, promover as devidas inovações aperfeiçoadoras.

A postura vigilante de um cientista demanda um afastamento do senso comum, do conhecimento fácil e tentador. No entanto, o grau de dificuldade que se impõe nas ciências sociais é incomparável. Enquanto que nas ciências naturais o cientista pode se distanciar do

mundo pelo seu mundo laboratorial, o cientista social enfrenta uma dificuldade de não poder se distanciar da sociedade num laboratório, pois o sujeito e o objeto se confundem.

O que separa o analista social do objeto analisado é uma linha tênue, haja vista que o sujeito que realiza a análise sofre os influxos das informações sociais comuns que deve estar vigilante a todo o instante. Seu laboratório não é um ambiente fechado com as propriedades físicas separadas a permitir um experimento em condições próprias. O laboratório social é aberto, vivo! É a própria coletividade!

O cientista social está cercado pelo senso comum. A todo instante é bombardeado ou atacado por conclusões superficiais. Nesses termos, “o sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam” (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 23).

O avanço científico é uma possibilidade compreendida pelo cientista como uma negação do que está posto ou uma aceitação passiva do que está constituída. Não se trata de negar a sua importância e sim de negar a sua definitividade e enclausuramento. A negação da imutabilidade se dá pelo perene questionamento da realidade abrindo-se à possibilidade de o novo surgir; não permitindo que o que está posto seja a bússola acrílica de seu caminho.

Não há avanço se o analista não questiona a veracidade das normas construídas e a sua eficácia. Ao se entregar num conhecimento hermético, qualquer possibilidade de transformação fica impossibilitada. Buscar novidades sob pilares antiquados é um quadro mental paranoico; é tentar algo que não existe e que não possibilitará nada de diferente, nada do que já não esteja. Definitivamente, “a solução de um problema sensório-motor ou abstrato deve quebrar as relações mais aparentes, por serem as mais familiares, para fazer surgir o novo sistema de relações entre os elementos” (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 25).

No entanto, a primeira pergunta que o investigador há que se fazer é: por qual motivo está a escolher determinado tema? As razões, impreterivelmente, serão subjetivas, pessoais, fruto de sua experiência de vida. A escolha da temática jamais ocorre por acaso, mesmo que o seja, de certo modo, inconsciente ou, não claro o suficiente. E por haver uma relação subjetiva própria com o tema abordado, uma indagação logo se prostra: é possível que o investigador possa conduzir uma pesquisa de forma imparcial, neutra?

A parcialidade não é algo anormal, é simplesmente intrínseco à existência humana. Cada indivíduo tem suas preferências e seus desejos. O detalhe está na postura do investigador para com o objeto de estudo, isto é, em colocar as questões contraditórias às explicações comuns dos acontecimentos. Nisso reside a postura científica que garante não a neutralidade, mas, a

honestidade intelectual. “Os termos da vida cotidiana impõem-se como evidências que o sociólogo deve questionar” (PAUGAM, 2015, p. 23).

O próprio Paugam ilustra a distinção entre o senso comum e a sociologia reflexiva a partir da pobreza. Enquanto o senso comum busca responder a perguntas relacionadas à quantidade de pobres, a investigação científica questiona sobre o que constituiria a pobreza e a sua razão de existir. A significação da pobreza perpassa pela relação que os indivíduos têm entre si, isto é, daquele que é detentor de renda e riqueza (ainda que mínima) para aquele que demanda assistência social, e, portanto, a contribuição daqueles que possuem capacidade contributiva.

E é a forma como essa relação entre os sujeitos se constitui que explica a existência da pobreza e as razões pelas quais ela ainda perdura, havendo apenas a variação de uma país para outro, de uma região para outra, do mesmo país, do mesmo Estado, ou até mesmo, da mesma cidade. No entanto, enquanto tais questões não são postas, as explicações continuam sendo dadas pelo senso comum que em nada vai contribuir para uma ruptura e transformação da realidade social. Afinal, as explicações dadas se baseiam em evidências para o senso comum, pois é a realidade aparente que ele conhece e com a qual convive.

O conhecimento não sistematizado decorre da sociologia espontânea, nutrida pelo senso comum. O cientificismo sociológico se constitui no momento em que desenvolve uma teoria que dá significação aos dados, contrastando o caráter raso da sociologia espontânea. E, para além desse espontaneísmo, que, a princípio, decorre da ignorância alheia, a sociologia ainda deve se precaver contra a vilania da sociologia erudita.

Essa sociologia erudita, em verdade, é sabedora do falseamento das premissas, ou seja, tem conhecimento do que é falho. No entanto, para a defesa de interesses escusos, sustenta-se em teorias a convencer a opinião pública, manipulando-a a fim de garantir a solidez de suas decisões.

Se a sociologia espontânea ressurgir com tal insistência e sob disfarces tão diferentes na sociologia erudita é, sem dúvida, porque os sociólogos (...) evitam submeter sua prática aos princípios fundamentais da teoria do conhecimento sociológico, voltam a encontrar, inevitavelmente, a filosofia ingênua da ação e da relação do sujeito à sua ação aplicada na sociologia espontânea por sujeitos preocupados em defender a verdade vivida de sua experiência da ação social (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 27).

A eficácia social da sociologia erudita está atrelada à exata compreensão científica dos efeitos de uma mídia manipuladora e formadora de opinião. Há um círculo vicioso da sociologia erudita em se transformar em sociologia espontânea, apreender as reações e se aperfeiçoar para

se manter dominadora. Para tanto, a sociologia erudita sabe que as relações sociais se constituem não pelas vontades individuais, mas, sobretudo, pela manifestação inconsciente dos sujeitos, que é anterior à própria formação do sujeito, como leciona Judith Butler.

A sociologia erudita trabalha com uma massa social ignara e que, portanto, não tem consciência crítica, nem postura científica vigilante, para questionar as informações. Afinal, “as relações sociais não poderiam ser reduzidas a relações ou ‘motivações’ porque se estabelecem entre condições e posições sociais” (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 28). A manifestação de vontade do sujeito está impregnada de informações inconscientes que formam a sua própria subjetividade e que obstam a crítica. tais pessoas estão conformadas à opinião pública formada e fomentada na imprensa e na ausência de contraposição de perspectivas, o que é proposital e manipulador na formação do inconsciente coletivo e na manifestação de vontade do sujeito coletivo pelo indivíduo.

Essa não consciência, ou, simplesmente, inconsciência, é um fenômeno histórico e social constitutivo do lugar comum, isto é, da linguagem e da comunicação entre os sujeitos e que precedem a sua própria subjetividade e individualidade; antecede a vontade individual. O sujeito, antes de ter a formação cognitiva e racional, sofre os influxos de informações que lhes são anteriores e que influenciam na sua formação subjetiva.

Não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 29).

A formação da subjetividade é prévia ao sujeito, pois antes de adquirir consciência, o indivíduo atua passivamente nas relações sociais, sendo submetido a informações que lhes são preteridas, socialmente compartilhadas e que possibilita a própria formação subjetiva e a comunicação posterior. Por isso, a ruptura integral com o senso comum é uma atitude paranoica.

A apreensão daquela objetividade dá condição ao sociólogo de compreender a lógica das relações sociais que caracteriza determinada cultura. Entretanto, é importante destacar que a formação dessas relações e dessas verdades são constituídas historicamente e em função da interação social entre os sujeitos. Qualquer explicação metafísica é uma espécie de corrupção intelectual que obsta a devida compreensão dos fatos sociais.

No cotidiano, sob a aparência de ciência, verifica-se um falso eruditismo. Contra fatos históricos, teorias são erguidas para justificar posições políticas autocráticas e decisões

econômicas mantenedora do sistema de exclusão social e agravamento dos níveis de desigualdades.

Trata-se do polimento que é dado à sociologia espontânea, transformando-a em “ciência”; ou melhor, tentando transformá-la em conhecimento científico, porém, sem se atentar à ausência de questionamento, o que deve ser caro ao pesquisador; são afirmações tautológicas sem nenhum amparo em evidências testadas ou experimentadas. Aliás, as evidências históricas, quando compulsadas, até revelam o falseamento, a inveracidade dos dogmas que faltam afirmações grotescas que, entretanto, informam e formam o senso comum.

Essa percepção quanto à fraude científica somente é possibilitada pelo exercício crítico, quando as vísceras do sistema são expostas aos questionamentos e à verificação dos resultados de premissas historicamente falhas. Quando essa crítica é ocultada ou ignorada, “expomo-nos a considerar como dados determinados objetos pré-construídos na e pela linguagem comum” (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 33).

A postura científica requer a ruptura para com toda forma de conhecimento artificial que não se sustenta em uma depuração histórica. Enquanto o pesquisador e o pretense cientista não adotam essa postura, o máximo que irá conseguir é tornar sua fala mais eloquente para convencer seu público já aprisionado pela ideologia vigente.

Não são poucos aqueles que se sentem atraídos ao conforto de falar o óbvio e ser cortejado. Todos nós estamos sujeitos ao lugar comum da fala, pois estamos, de igual modo, impregnados das prenoções do senso comum. A distinção ocorre quando as verdades postas são questionadas e verificadas historicamente.

O sociólogo, antes de mais nada, é um inquisidor de si mesmo; a todo instante põe em xeque as verdades científicas, desconfio de sua provisoriedade. Deve estar sempre vigilante, pois, numa vacilação, retorna ao lugar comum da fala e legitima o senso comum. Quando se perde, o pesquisador pode até agradar a massa, sua fala parece óbvia; afinal, reflete o que está posto e o público, uma massa acrítica, não questiona sobre a existência de vias alternativas.

O cientista não pode cometer esse equívoco. Do contrário, será sempre aquele indivíduo que, apesar de ter eloquência, tem resposta para tudo, pois limitou o mundo para o que está posto, jamais dando um passo adiante. Essa passividade intelectual, “apresentando a antropologia como um sistema de respostas totais às questões últimas sobre o homem e seu destino, o sociólogo faz-se profeta” (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 37).

O sociólogo que se faz profeta sempre se volta para sua teoria obcecado pela liturgia de uma tradição petrificada e trans-histórica. Congregam-se, conseqüentemente, os mais diversos

dizeres sobre um mesmo fenômeno numa espécie de compilação de axiomas que mesmo estando, por vezes, em contradição, serão reconciliados por uma explicação profética, tal como os textos religiosos, independentemente de ecoar na realidade, pois a realidade já é e apenas é o que é dito pelos sacerdotes da ciência do senso comum.

Essa sociologia espontânea ou esse cientificismo falacioso estão fixados nos pilares de um conhecimento que se tornou o lugar do senso comum. Com efeito, esse misticismo extrai do senso comum à sua própria fonte de legitimação e, quando assumido sob um radicalismo fundamentalista, mesmo quando o contraste histórico é posto a toda prova, o senso comum ainda permanece negando e os falsos cientistas permanecem a pregar.

Por consequência, ao realizar os questionamentos às explicações correntes, o investigador se vale da linguagem inicialmente compartilhada pelo senso comum e a transcende quando, ao desenvolver hipóteses e experimentá-las, forma o conhecimento científico que revoga o robustece, aperfeiçoando, o sistema vigente. Esse estado de criação não significa, necessariamente, a ruptura para com os termos utilizados. A ruptura ocorre com a semântica que pode ser historicamente modificada pela aplicação a situações novas. “A função do pesquisador é a de esclarecer estes termos, superando-os” (PAUGAM, 2015, p. 27).

1.3 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO CIENTÍFICO

Inicialmente, insta frisar que o objeto não tem significação própria. Os sentidos decorrem das construções cognitivas sobre o mundo, é reflexo da experiência humana perante os fenômenos. Não se deve, portanto, atribuir ao objeto uma estatura ontológica, como se fosse dotado de sentido intrínseco, haja vista que a construção do sentido decorre do humano, única possibilidade ontológica e instituidora de linguagem, que dota objeto de sentido.

Não se quer dizer, com isso, que o objeto não tem existência autônoma. O que se recusa é a possibilidade de este objeto ter significação própria. Por existir, autonomamente, na medida em que o ser estar diante do mundo e desses objetos, a sua experiência fomenta questões sobre os mesmos e como manipulá-los. Trata-se, assim, de uma constatação de que a significação decorre da experiência do ser perante o mundo. O mundo, o campo de possibilidades da experiência humana, não fala ao observador. Este é que, por experiência, suscita as questões para desenvolver as respostas.

Se uma marca característica da pesquisa científica está no questionar, qual seria, então, as questões corretas a se formular para que não haja um aprofundamento no erro, passando de uma sociologia espontânea para uma sociologia erudita, porém, igualmente equivocada?

Primeiramente, vale destacar quais tipo de questões que não deve se fazer, pois não decorrem de uma investigação científica.

O primeiro tipo de questionamento a se rejeitar são denominados de escolásticos. Dizem respeito a perguntas indutoras de respostas metafísicas, pois não põem em questão os princípios, haja vista que estes são dados como apriorísticos e, portanto, impossíveis de serem contraditados.

O raciocínio axiomático, nesses termos, desconsidera que a constituição do objeto descende de relações sociais, objetivas e históricas; ignora que a construção teórica provém da criação humana. E, ignora justamente por não colocar as questões sobre os princípios, mantendo sua percepção da realidade de forma inconsciente, tal como fora formado, inconscientemente, sua subjetividade. Sem o correto questionamento, seus reprodutores se comportam como um rebanho.

Esse pensamento, embora diga respeito a um acontecimento, o explica por razões lógicas e não por questões sociais. De outro lado, as questões descritivas, a despeito de fazer menção a questões sociais, não ultrapassa a aparência, isto é, as questões não decorrem de inferências contraditórias entre as explicações comuns e dados empíricos. Na verdade, o raciocínio descritivo não se ampara em dados empíricos que confirmariam suas impressões, pois é desconhecedor, proposital ou não, desses dados empíricos. Não há, assim, a busca pelos dados!

Suscitar as perguntas corretas para o desenvolvimento das respostas requer uma ruptura ao que está posto; demanda expor as questões em torno das fraturas do sistema vigente. O que ocorre, entretanto, com o eruditismo falacioso do positivismo, é a reprodução acrítica do sistema no qual o observador ou pesquisador sociólogo se anula, pois não realiza os questionamentos.

O sistema vigente do capitalismo, por exemplo, apresenta uma série de contradições que geram, permanentemente, as crises. Ainda assim, os cientistas do mercado oferecem as mesmas respostas: política de austeridade fiscal. Se essa política adotada em outros tempos e em diversos Estados não resultou em desenvolvimento, por qual motivo é repetida? Melhor se colocando: por qual motivo não se veiculam os questionamentos a expor as fraturas do regime do capital?

Sem questionar, apenas reproduzindo os manuais de economia, e, sem comprometimento social algum, os especialistas recomendam a aplicação de fórmulas falhas sem entrar em embate científico. Considerando que a economia é uma ciência social aplicada, é perfeitamente cabível concluir com Bourdieu: “ao renunciar ao seu privilégio epistemológico,

o sociólogo estará sancionando uma sociologia espontânea” (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 52).

Ao máximo, tais especialistas da economia de mercado realizam as perguntas equivocadas. Mas, o que seriam questões postas de forma errônea? Ora, um investigador científico, partindo do conhecimento socialmente compartilhado para a observar as possíveis contradições entre as afirmações, as categorias de raciocínio, e os resultados na vida social.

Ao perceber as incongruências, o despertar da curiosidade o remete a fazer as perguntas sobre tais contradições e a expor os vícios que um sistema vigente pode evidenciar. É essa experiência epistemológica que os especialistas do mercado não se permitem. Pelo contrário, buscam as perguntas a partir dos axiomas postos. Com isso, esses questionamentos são falsos e servem apenas para manter o status quo, ludibriando o leigo que acompanha as informações transmitidas pela grande mídia.

A ocultação das questões tem uma finalidade precípua: encobrir, de igual modo, a clareza solar dos efeitos nefastos que as políticas econômicas impostas pelos mercados produzem no meio social. Millet e Toussaint apresentam uma das formas que os mercados sufragam os países do sul, prejudicando sua economia e população:

Nos PED's para contrabalançar a inexistência de um rendimento mínimo garantido, os governos intervêm tradicionalmente na economia para manter a alimentação básica e outros bens e serviços vitais a um preço acessível aos mais carentes. O FMI e o Banco Mundial exigem a supressão desse tipo de subsídio.

[...]

Em 1991 no Peru, o presidente Alberto Fujimori executou as ordens do FMI e do Banco Mundial: numa só noite, o preço da gasolina foi multiplicado por 31 e o do pão, por 12, enquanto o salário mínimo caiu de mais de 90% em quinze anos (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 92-93).

O pesquisador não pode se manter ébrio perante seu inconsciente; deve estar sempre questionando suas compreensões e trazendo à luz as contradições que percebe. Eis a razão pela qual “nesse caso, estão preenchidas as condições para que passe despercebido o equívoco que leva a descrever, em termos de ausência, determinadas realidades dissimuladas pelo próprio instrumento de observação e pela intenção” (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 56-57).

Esse questionamento não passou despercebido, sobretudo com a eclosão da crise imobiliária norte-americana. “Os vários economistas que diziam que os mercados eram autorregulados, que forneceram o pretense arcabouço intelectual do movimento pela desregulamentação, apesar do longo histórico de fracasso dos mercados desregulamentados e

sub-regulamentados” (STIGLITZ, 2016, p. 14) ou foram para as sombras, ou fingem que nada disseram.

Certamente que tais economistas servem aos interesses de quem os remunera, de quem os torna grandes executivos, pessoas ricas. Essa realidade é denunciada:

Hoje, damos por certo que a maioria da comunidade empresarial está solidamente por trás da direita inflexível. A indústria farmacêutica quer que o seu poder de monopólio permaneça inalterado. o setor de seguros quer rechaçar o sistema nacional de assistência a saúde; as empresas de energia querem libertar-se das normas ambientais (KRUGMAN, 2010, p. 135).

As hipóteses somente podem ser colocadas a partir do momento em que se formula questões sobre as contradições entre o que está posto e a percepção do investigador da falha no resultado esperado ou cuja expectativa fora criada. Se as contradições não são expostas, as supostas hipóteses nada mais são do que afirmações antecipadas de conclusões prévias e que alimentam o sistema vigente.

O pesquisador que não descortina suas angústias, que as rejeita para se manter confortável perante seu público cativo, é um cão de guarda mantenedor do que está. Adota, por dolo ou por culpa, uma postura passiva e serve como correia de transmissão do sistema vigente; apenas faz ecoar, socialmente, o que já é compartilhado, socialmente.

O procedimento investigativo da sociologia é denominado de enigma problematizador e segue etapas processuais a permitir a correta colocação do problema. Inicialmente, o pesquisador apreende e expõe explicações socialmente aceitas para, posteriormente, fixar os dogmas que condicionam tais explicações. Na sequência, vai buscar os dados empíricos que podem, eventualmente, contraditar as explicações. Daí, constatando as contradições, deverá formular os questionamentos, seguidos das hipóteses, e expor a interpretação dos dados empíricos, criando novas possibilidades.

A exposição desse procedimento coloca em evidência o princípio de que as explicações socialmente compartilhadas somente podem ser contraditadas por situações sociais. E, tais situações sociais contrárias ensejam a verificação de dados empíricos a possibilitar questões, hipóteses e a verificação posterior. E essa verificação somente ocorre no campo dos fatos sociais.

Trata-se de uma cláusula de homogeneidade, assim denominada por Paugam, na qual há a homogeneidade horizontal e vertical. A primeira revela a contradição de um fato social explicado e validado, socialmente, e um outro que o contrapõe. A segunda explicita que,

qualquer outra nova possibilidade provém, de igual modo, de um fato social. Nas palavras do francês,

estes dois tipos de homogeneidade, na realidade, são indissociáveis e formam um sistema. Isso porque, a partir do momento que um fato e seu contrafato são submetidos ao mesmo tipo de explicação sociológica (homogeneidade horizontal), por definição cada um deles encontra-se referido a uma causa social (homogeneidade vertical) (PAUGAM, 2015, p. 44).

Isso faz com que as explicações extra sociais, embora não sejam desconsideradas, não são causas, mas, sempre efeitos de antecedentes sociais. O que a psicologia e a economia, por exemplo, tem a nos oferecer são explicações posteriores às causas sociais, pois todas as ciências sociais e toda e qualquer explicação científica aplicada ao seio social fará menção, ainda que implicitamente, à ética, situação na qual é possível o encontro da intersubjetividade e as condições de toda forma de cultura. São situações conjunturais históricas que influenciam as decisões individuais que modificam a relação ética, a relação entre os seres.

A construção sociológica do objeto implica em compreender essa relação ética que condiciona o conhecimento socialmente compartilhado. Afinal, o pesquisador se vê compelido a transcender essas crenças para formular as questões certas e reposicionar o conhecimento, propondo, assim, alterações nas relações éticas para se fixar novos sistemas normativos e, por consequência, uma nova realidade social.

Isso não significa dizer que o conhecimento socialmente compartilhado e historicamente fixado esteja equivocado. Enquanto não for submetido ao crivo da vigilância epistemológica, é apenas um conhecimento supérfluo e inseguro, vacilante; não necessariamente errado. Pois, após uma filtragem científica, as explicações podem ser reafirmadas. Até então, não se tem conhecimento sociológico, embora as explicações possam estar corretas.

Por isso que é legítima a pergunta: aquele que analisa o mercado e sugere a mesma coisa de sempre, mesmo que historicamente suas recomendações já tenham sido falhas em outro lugar e tempo, mas, sob condições similares, faz ciência? Se não é capaz ou, propositalmente, não expõe as contradições para formular as perguntas e desenvolver hipóteses a comprovar, posteriormente, não está a fazer ciência, ou, estará fazendo cientificismo a fazer inveja qualquer vigarista.

Muito ironicamente, Alberto Amadei fez o seguinte relato:

Pedro Malan, ministro da Fazenda, e Armínio Fraga, presidente do Banco Central, no final de 2000, já repetiam a promessa da queda da taxa de juros reais e de um crescimento econômico maior em 2001, com inflação em baixa e em queda.

[...]

No começo de 2002, ambos afirmaram que, por causas externas e imprevisíveis, a taxa de juros só cairia depois de mais ou menos dois anos (AMADEI, 2003, p. 76-77).

Essa desonestidade intelectual ou essa insipiência é que permite a constituição e a institucionalização do positivismo. Afinal, quando o sujeito se recusa a investigar, reduzindo-se a ser uma correia de transmissão, portanto, uma coisificação ou, em termos econômicos do capital, uma mercadoria, ele reproduz uma ciência sem objeto científico, o que já não mais seria ciência. O que seria? Sociologia profética.

Como consequência, o sujeito obstaculiza a originalidade de sua percepção e entende ser possível que os fatos tenham sentido próprio, de modo que, diante de um acontecimento haja uma norma a ser aplicada. Como se a experiência do sujeito, ainda que ignorada por si mesmo, não exerça nenhuma influência na sua decisão. Mesmo ignorando, é o sujeito que decide, ainda que a sua decisão, inconscientemente, seja pela reprodução e manutenção do sistema em vigor.

Esse é o procedimento bastante difundido no mundo jurídico e é a razão pela qual a estrutura judicial é importante para o capital, vez que legitima suas contradições e atrocidades. E, sob a ótica da sociologia espontânea e o conhecimento socialmente compartilhado, o mundo jurídico, sob a influência de Kelsen, acredita que o raciocínio autêntico é aquele através do qual a norma é uma hipótese descritiva que se aplica, automaticamente, ante a ocorrência do fato gerador.

Nada mais ilusório e pueril. É como se o fato avocasse a norma por ter significação própria. Quando, em verdade, é o sujeito que, ante o fato que lhe é narrado, que interpreta e confere sentido, ainda que, repita-se, seja um sentido baseado em formulações anteriores, que não põe as devidas questões e reproduz o que está posto.

O positivismo que tem a tendência a considerar a hipótese unicamente como o produto de uma geração espontânea em meio estéril e que espera ingenuamente que o conhecimento dos fatos ou, no melhor dos casos, a indução a partir dos fatos leve, de forma automática, à formulação das hipóteses (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 65).

Essa postura, em verdade, anticientífica, obsta qualquer perspectiva alternativa ao que está posto; impede o desenvolvimento de qualquer teoria inovadora e que possa transformar a

realidade. As inovações que aconteceram no mundo se deram pelo inconformismo à experiência. Em outras palavras, ante situações contraditórias ou para as quais não havia resposta que o investigador passou a formular questões, hipóteses e pode comprovar erros e acertos.

O acerto para o que não havia resposta e passa a ter é o momento revelador: é a criatividade o elemento propulsor e é contra ela que as estruturas vigentes lutam contra. Não por outro motivo, os governos afeiçoados ao sadismo e à violência, tanto brutal quando simbólica perseguem professores, cientistas e investigadores. Uma das áreas atingidas é a pesquisa. Os cortes orçamentários são aspectos sintomáticos de um regime autoritário.

A inventividade científica é que permite, assim, as inovações. no entanto, em se tratando de ciência social, não há um ambiente laboratorial que permita aferir o erro ou o acerto. É na vida social que vai se ter essa percepção. Desse modo, o acerto de uma hipótese depende a ocorrência de múltiplos casos similares e a percepção de que eles guardam conexão entre si. O acerto na ciência social depende, portanto, do êxito dos resultados nesse procedimento comparativo.

Comparando-se os casos e verificando suas similitudes, constrói-se uma analogia, o que, por sua vez, legitima a criação de uma teoria. Ainda assim poderia se questionar: quer dizer, então, que qualquer caso similar aos que já foram provados e que constituíram a analogia serão, simplesmente, subsumidos à norma? Não seria uma teoria positivista, portanto? Não! Pois, a vigilância epistemológica não permite que essa analogia seja hermética, isto é, fechada a novas observações e questionamentos, seja para o aperfeiçoamento, seja para uma verificação posterior de seu equívoco.

Isso é que vai nos permitir distinguir a analogia da semelhança superficial. Enquanto a primeira se perfaz como um círculo virtuoso, no qual os princípios metódicos estão sempre sendo postos em evidência, a segunda implica juntamente a sua ocultação para que os princípios jamais sejam questionados.

Partindo da confusão entre a simples *semelhança* e a *analogia*, relação entre relações que deve ser conquistada contra as aparências e construída por um verdadeiro trabalho de abstração e por meio da comparação conscientemente operada, os *modelos miméticos*, que se limitam a apreender as semelhanças exteriores, opõem-se aos *modelos analógicos* que visam reapreender os princípios ocultos das realidades que interpretam (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 69).

Assim, o investigador científico não pode ser um sujeito cativo da realidade sensível e sim da realidade inteligível. Há que se apreender o acontecimento e as explicações comuns e

submetê-las a questionamentos que as expõem em contradição. A partir de então, constrói-se hipóteses a provar o equívoco ou a assertividade das explicações. Essa prova, na sociologia, não se dá em laboratório, mas no monitoramento dos fatos e dos dados empíricos.

Percebe-se, portanto, que não são os dados que realizam a construção teórica, é a percepção dos dados empíricos a partir das hipóteses suscitadas que cria as condições de interpretação e montagem de um modelo teórico. E a repetição do experimento ou a percepção de experiências ou acontecimentos similares a ensejar a confirmação da hipótese constituído que, por sua vez, fixa os pilares da analogia e a solidez de uma teoria que, sendo científica, jamais estará hermeticamente fechada. pelo contrário, estará permanentemente aberta a questionamentos a propiciar a revogação ou o aperfeiçoamento.

Assim, é pelo poder de ruptura e pelo poder de generalização, sendo que os dois são inseparáveis, que o modelo teórico é reconhecido: como depuração formal das relações entre as relações que definem os objetos construídos, ele pode ser transposto para ordens de realidade, do ponto de vista fenomenal, muito diferentes a sugerir por analogia novas analogias, princípios de novas construções de objeto (BOURDIEU; CHAMBERDON; PASSERON, 2000, p. 71-72).

Esse é o círculo virtuoso da ciência que permite a fecundidade da pesquisa e cria as condições empíricas do desenvolvimento.

Enquanto o leigo vai buscar respostas nos próprios fatos que deveriam ser contraditados, como se os sentidos decorressem dos fatos, num raciocínio meramente dedutivo, de subsunção do fato à norma, o investigador científico irá se afastar desse conhecimento baseado em evidências prévias. Pelo contrário, irá pôr em questão estas mesmas evidências prévias por meio de questões fundadas em fatos sociais contraditórios às evidências explicadas e socialmente aceitas.

A problematização não é fixada por questões restritas. Trata-se de um procedimento que se alonga no tempo, permitindo que o pesquisador seja submerso, constantemente, a fixar fatos explicados e fatos que lhes sejam contraditórios. Isso, por consequência, irá, permanentemente, revolvê-lo a levantar novas questões e buscar dados empíricos que possibilitem a revogação das premissas ou a sua confirmação.

Como todo procedimento tem seu início, é preciso compreender como surge a provocação a deflagrar o processo científico. Algumas questões iniciais costumam ser realizadas pelo investigador, a exemplo de quem será investigado: um conjunto maior ou menor de pessoas? Regiões específicas de um país ou do globo terrestre? Concomitantemente, define-

se, como pode ser visto, o local da pesquisa, de forma que se delimita o objeto de estudo, inicialmente ao aspecto humano e geográfico.

E durante o trajeto de pesquisa, certamente que os valores de formação moral do investigador se emergem e podem contaminar seu trabalho. Em verdade, não há como aniquilar suas paixões, mas, é possível e desejável que o investigador exerça um domínio sobre elas, adotando a uma postura de honestidade intelectual.

A forma pela qual o pesquisador exerce tal domínio ocorre pela evidenciação das condições nas quais realiza sua produção científica; a forma pela qual suas perguntas são suscitadas, a forma pela qual as hipóteses são constituídas e a forma pela qual os dados empíricos são pesquisados. Sem descurar de seus valores, o investigador científico deve estar em estado de vigilância sobre seu trabalho para evitar iniquidades e uma posição enviesada.

Posição enviesada que é sabida e estimulada pelos grandes canais de comunicação. Como consequência, há uma percepção de existir uma contradição entre o discurso oficial da escola neoliberal e os resultados esperados ou, que ao menos, são comercializados como os desejáveis, como ocorre com as famigeradas reformas. A título de exemplo, só para citar um caso recente, em 13 de julho de 2017 fora publicada a Lei Federal n. 13.467 que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho.

A BBC chegou a veicular uma matéria na qual o então Ministro do Trabalho teria dito que “a nova legislação proposta pelo governo, ao mudar as regras de contratos temporários e de jornada parcial, tem potencial para criar cinco milhões de empregos formais”. Em pouco mais de um ano após a eficácia da reforma trabalhista, o índice de desemprego atinge 12,7% com 13,4 milhões de desempregados, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE em 30 de abril de 2019.

Isso nos ilustra qual resultado, do ponto de vista teórico? Que as políticas gestadas pela escola neoliberal, sob a promessa de melhoria da qualidade de vida produz o inverso.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há condições de se viabilizar uma realidade diferente sem que possamos por em cheque o que está. A ruptura para com o eruditismo dos mercados que se baseia numa falsa ciência, num conhecimento que, propositalmente, oculta as premissas, como se fossem inquestionáveis (um verdadeiro conhecimento escolástico), se faz mister.

Enquanto não se apresentar as contradições entre as premissas teóricas dos mercados e os resultados contrastantes, que mostram o agravamento da situação humana, a falta de

desenvolvimento e os retrocessos, os mercados continuarão tendo vazão validada pela grande mídia e voz pela classe política que aprova as reformas recomendadas pelos mercados.

Para além de expor as fraturas do capitalismo comandado pelos mercados, é preciso, preliminarmente, adotar uma postura de vigilância epistemológica ou de investigação científica. Vale dizer, antes de adentrar ao mérito, é imprescindível conhecer a forma pela qual é possível realizar uma pesquisa científica. Somente assim irá se fazer as perguntas certas, suscitar as hipóteses plausíveis e verificar os dados empíricos que legitimem algumas das hipóteses a fim de abrir novas perspectivas teóricas e de posterior transformação da realidade política, econômica e social.

E a materialização dessa investigação nos permite, de início, denunciar o cientificismo falacioso dos mercados e seu eruditismo enviesado e que passivamente aceito pelo senso comum, pois, com a ajuda dos meios de comunicação, das academias, enfim, da rede de comunicação e produção, o linguajar dos mercados se torna inquestionável e verídico. Colocar suas explicações em cheque, contrastando-as com a realidade é o primeiro passo para retirar o véu e propor uma nova realidade.

A matéria debatida gravita em torno das premissas falsas e contrariadas pelos dados secundários. Afinal, a informação é transmitida como se não houvesse vias alternativas de se tratar a economia, pois o importante é tutelar os interesses dos mercados. Como consequência, se pode evidenciar que as explicações oficiais e garantidas pelos grandes canais de comunicação são postas sem questionamento e sem haver a exposição dos pilares teóricos que justificam as afirmações. A forma pela qual as notícias são transmitidas não permite duvidar de que os princípios fundantes possam estar equivocados.

Assim, pode se alcançar o objetivo fundamental de expor, justamente, a ausência de metodologia científica da economia moderna, imprescindível para se conceber a forma pela qual deve se conduzir uma investigação científica e, concomitantemente, desmistificar a perspectiva falsária do senso comum da economia. Para tanto, sob uma metodologia histórica, pode se compreender e expor, ainda que sucintamente, as razões históricas.

Razões essas marcadas por uma ideologia, sob a hipótese fundamental de que o neoliberalismo ou, simplesmente, esse cientificismo falacioso da economia moderna nos conduz a conclusões propositalmente equivocadas e a realidades socialmente trágicas, a exemplo da defesa da famigerada reforma trabalhista cujos resultados esperados (geração de emprego e renda) não condizem com os dados secundários apresentados pelo IBGE.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho**. Estatística Social. 30 abr. 2019.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>. Acesso em: 15 maio 2019.

AMADEI, Alberto. **Auditoria da dívida externa**: questão de soberania. Organizadora: Maria Lúcia Fattorelli Carneiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Campanha Jubileu Sul, 2003.

BBC Brasil. **Reforma trabalhista**: o que dizem os que defendem que vai gerar empregos?. Brasília, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39714346>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Lei Federal n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/17728053>. Acesso em: 15 maio 2019.

BOUDIEU, Pierre; CHAMBERDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo**: preliminares epistemológicas. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KURGMAN, Paul R. **A consciência de um liberal**. Tradução Alexandre Oliveira Kappaun. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. **50 perguntas 50 respostas**: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial. Tradução de Noémie Rodrigues Josse. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAUGAM, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

STIGLITZ, Joseph E. **O grande abismo**: sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	CIENTIFICISMO FALACIOSO DOS MERCADOS: ERUDITISMO ENVIESADO
RECEBIDO	24/05/2019
AVALIADO	27/05/2019
ACEITO	19/09/2019

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	V.Sa.
NOME COMPLETO	Tiago Assis Silva
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Salvador na Linha de Pesquisa Políticas sociais universais, institucionalização e controle
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
LINK LATTES	http://lattes.cnpq.br/7418916296004544
RESUMO DA BIOGRAFIA	Mestrando em Políticas Sociais pela UCSal, especialista em Direito do Estado pela UFBA e Pesquisador bolsista da FAPESB.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Fomento à perspectiva crítica da atuação da economia na atualidade.

Endereço de Correspondência dos autores	Rua Cícero Simões, Ed. Vila Suécia, n. 83, Pituba - Salvador - Bahia CEP 41.830-475
---	--